



**Ministério das Finanças
e do Fomento Empresarial**

**Direção Nacional do Orçamento
e da Contabilidade Pública**

OE 2023

SINTESE INFORMATIVA DA EXECUÇÃO DE FEVEREIRO

Março 2023

ÍNDICE

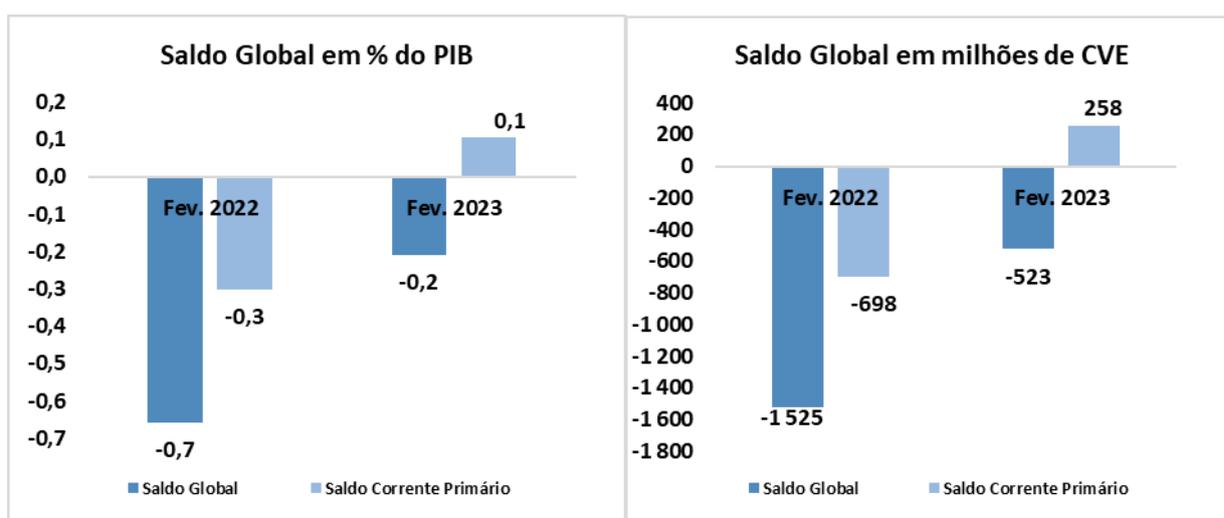
1.	Síntese Geral de Execução Orçamental	3
2.	Análise das Receitas Totais	5
2.1.	Receitas (não inclui venda de ativos)	6
2.2.	Venda de Ativos Não Financeiros	9
3.	Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros	10
3.1.	Por Classificação Económica	10
3.2.	Despesas	10
3.2.1.	Ativos Não Financeiros	14
3.3.	Por Tipo de Financiamento	14
4.	Dívida Pública	16

1. Síntese Geral de Execução Orçamental

O Saldo Global de fevereiro de 2023 foi negativo em 523,2 milhões de CVE, traduzindo-se num deficit de 0,2% do PIB¹. Esse resultado reflete uma melhoria de 0,4 p.p. comparativamente ao mesmo período de 2022.

Relativamente ao saldo corrente primário em percentagem do PIB, regista-se uma melhoria de 0,2 p.p., face ao período homólogo, fixando-se em 0,1%, decorrente da melhoria da performance das receitas arrecadadas, mas também da ligeira contribuição ao nível do PIB, relativamente ao período transato.

Gráfico 1 - Evolução dos Saldos



Fonte: MFFE - DNOCP

Os resultados provisórios da execução orçamental em fevereiro de 2023, comparativamente ao mesmo período de 2022, decorrem:

- o do aumento das receitas totais em 29,2% (+1.912,0 milhões de CVE), registando uma evolução positiva em diferentes agregados;

¹ A partir da conta de agosto de 2022, passou-se a considerar, para cálculo dos rácios, o *rebasings* do PIB, base 2015.

- o do acréscimo das despesas totais em 12,1% (+951,7 milhões de CVE), registando um agravamento em quase todas as componentes das despesas, com destaque às despesas com aquisições de bens e serviços, despesas com pessoal, juros correntes, subsídios e transferências em parte, na sequência da consolidação do processo de bancarização;
- o do decréscimo da execução dos ativos não financeiros líquidos em 20,7% (-41,1 milhões de CVE), justificado em grande parte pela redução de compras e vendas dos ativos financeiros relativamente ao período homólogo do ano transato.

Quadro 1 - Evolução das Operações Financeiras do Estado

(em milhões de CVE)

	2022		2023		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Fev	Orç. Inicial	Fev		
1. Total Receitas	58 196	6 558	64 238	8 470	13,2	29,2
1.1 - Receitas Correntes (excluindo donativos)	54 215	6 502	58 230	8 075	13,9	24,2
Impostos	41 184	5 537	44 350	7 032	15,9	27,0
Segurança Social	71	6	71	7	10,1	12,4
Transferências (donativos)	3 982	56	6 009	395	6,6	605,0
Corrente	2 820	56	2 970	131	4,4	133,3
Capital	1 162	0	3 038	264	8,7	0,0
Outras Receitas	12 960	958	13 808	1 036	7,5	8,1
2. Total Despesas	62 112	7 885	66 108	8 836	13,4	12,1
Despesas com Pessoal	24 326	3 337	24 581	3 610	14,7	8,2
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	973	14 765	1 376	9,3	41,4
Juros Correntes	5 541	624	5 877	875	14,9	40,2
Subsídios	1 008	201	2 022	351	17,4	74,6
Transferências	6 663	740	6 502	801	12,3	8,3
Corrente	6 097	735	5 899	788	13,4	7,1
Capital	566	4	604	14	2,2	213,0
Benefícios Sociais	8 316	1 397	9 143	1 471	16,1	5,4
Outras despesas correntes	3 868	420	3 218	203	6,3	-51,5
Valor a regularizar	0	194	0	149	0,0	-23,0
3. Resultado Operacional Bruto	-3 916	-1 326	-1 869	-366	19,6	-72,4
4. Ativos não Financeiros	10 217	198	11 156	157	1,4	-20,7
Compra ativos não financeiros	10 625	204	11 904	160	1,3	-21,5
Venda ativos não financeiros	408	5	747	3	0,3	-51,8
5. Global Global (1-2-4)	-14 134	-1 525	-13 026	-523	4,0	-65,7
Saldo global (em percentagem do PIB)	-6,3	-0,7	-5,2	-0,2	-	-
Saldo Corrente Primario	1 029	-698	1 573	258,0	-	-
Saldo Corrente Primario (em percentagem do PIB)	0,5	-0,3	0,6	0,1	-	-
Saldo global Primário (5+juros)	-8 592	-901	-7 149	351,5	-	-
Saldo global Primário (em percentagem do PIB)	-3,8	-0,4	-2,9	0,1	-	-
6. Financiamento	14 134	-271	13 026	883	-	-
6.1 Ativos Financeiros	-4 363	283	1 955	-1 458	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Amortizações	120	10	194	44	-	-
Empréstimos Concedidos Mi - Concedidos	-2 513	-40	-1 851	-6	-	-
Acções e Outras Participações Mi - Aquisição	-2 651	0	-2 200	-1 755	-	-
Depósitos Cert. Poup. Mi - Levantamentos	681	313	3 685	258	-	-
6.2 Passivos Financeiros	18 497	-554	11 071	2 341	-	-
Interno líquido	11 412	-181	6 641	661	-	-
Sistema bancário	-	-923	-	1 006	-	-
Empréstimos obtidos Pmi - Amortizações Leasing	-185	-19	-187	-16	-	-
Despesa por compensar na conta do Tesouro no BCV	-	-143	-	104	-	-
Pagamento de Cheques e transferência em trânsito	-	0	-	-1 008	-	-
Outras operações de tesouraria	-	-3	-	658	-	-
Sistema não bancário	-	907	-	-83	-	-
Externo líquido	7 085	-373	4 430	1 680	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Aquisições	16 089	307	15 013	2 650	-	-
Empréstimos obtidos Pme - Amortizações	-9 005	-680	-10 606	-970	-	-
7.GAP Financiamento (5 - 6)	0	-1 795	0	360	-	-

Fonte: MFFE – DNOCP

2. Análise das Receitas Totais

As receitas totais da Administração Central (incluindo vendas de ativos não financeiros) realizadas até fevereiro de 2023 cifraram-se em 8.472,7 milhões de CVE, registando um acréscimo na ordem de 29,1%, comparativamente ao período homólogo.

Quadro 2 - Receitas Públicas Orçamentais

(em milhões de CVE)

Mapa I - Receitas por Classificação Económica	2022		2023		Grau Exec	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Fev	Orç. Inicial	Fev		
Impostos	41 184	5 537	44 350	7 032	15,9	27,0
Imposto único sobre rendimentos	11 230	1 054	10 968	1 117	10,2	6,0
IR-PS	6 799	973,1	6 923	951	13,7	-2,2
IR-PC	4 431	81	4 045	165	4,1	104,7
Outros impostos directos	649	94	165	155	94,1	65,3
Tributo Especial Unificado - TEU	617	94,0	132	155	117,6	65,2
Taxa de Incêndio	31	0	33	0	0,1	451,8
Imposto sobre bens e serviços	20 129	3 051	23 037	4 114	17,9	34,9
Imposto sobre o valor acrescentado	15 826	2 388	17 939	3 206	17,9	34,2
IVA DGA	8 934	1 301	9 551	1 539	16,1	18,3
IVA DGCI	6 892	1 087	8 389	1 667	19,9	53,3
Imposto consumo especial	2 477	386	2 605	506	19,4	31,1
Taxa de Tabaco	323	20	470	26	5,5	28,6
Contribuição turística	475	117	946	225	23,8	92,4
Taxa ecológica	728	97	756	109	14,4	12,0
Taxa estatística aduaneira	300	42	320	43	13,3	0,3
Impostos sobre transações internacionais	8 407	1 212	9 351	1 490	15,9	23,0
Direitos de importação	8 067	1 159	8 991	1 423	15,8	22,8
Taxa comunitária CEDEAO	340	53	360	67	18,6	27,4
Outros impostos	769	127	829	155	18,7	21,9
Imposto de selo	719	121	769	144	18,7	19,0
Imposto especial sobre jogos	50	6	60	11	18,9	76,5
Segurança Social	71	6	71	7	10,1	12,4
Contribuições para a segurança social	0	6	0	7	-	12,6
Outras Contribuições	0	0	1	0	10,3	9,8
Transferências	3 982	56	6 009	395	6,6	605,0
De Governos Estrangeiros	3 378	8	5 225	296	5,7	3749,0
Ajuda Orçamental	825	0	849	110	13,0	0,0
Ajuda Alimentar	300	0	98	20	20,7	0,0
Donativos directos	2 253	8	4 278	166	3,9	2051,9
De Organizações Internacionais	80	3	302	36	11,9	990,1
Das Administrações Públicas	523	45	481	62	13,0	38,9
Outras Receitas	12 960	958	13 808	1 036	7,5	8,1
Rendimentos de propriedade	5 444	112	5 562	20	0,4	-82,3
Venda de bens e serviços	5 957	778	6 716	905	13,5	16,4
Multas e outras penalidades	342	35	361	68	18,8	95,3
Outras transferências	337	17	391	11	2,9	-35,0
Outras receitas diversas e não especificadas	880	16	778	32	4,1	96,7
Receitas	58 196	6 558	64 238	8 470	13,2	29,2
Ativos e Passivos	408	5	747	3	0,3	-51,8
Ativos não Financeiros	408	5	747	3	0,3	-51,8
TOTAL RECEITAS	58 604	6 563	64 986	8 473	13,0	29,1

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do GRE.

2.1. Receitas (não inclui venda de ativos)

Até fevereiro de 2023, as receitas arrecadadas totalizaram o montante de 8.470,2 milhões de CVE, registando um acréscimo de 29,2%, comparativamente ao período homólogo. Esta performance resulta, por um lado, do aumento da arrecadação em sede dos impostos diretos (+10,8%), dos impostos indiretos (+31,2%), segurança social (+12,4%), outras receitas (+8,1%) e das transferências (+605,0%).

Em relação aos impostos diretos, é de se destacar que o acréscimo 10,8% decorre da evolução das receitas arrecadadas em sede do:

- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Singulares, que se situou, no período em análise, em 951,4 milhões de CVE, registando uma evolução negativa, em termos homólogos, de 21,7 milhões de CVE (-2,2%), resultante da evolução negativa das categorias C e D, em 10,9% e 43,2%, respetivamente. Comparativamente à previsão, verificou-se que, à exceção da Categoria E todas as demais Categorias não atingiram os montantes previstos para o período, tendo o IRPS registado uma cobrança abaixo do previsto em 93 milhões de CVE (-8,9%).
- Imposto sobre Rendimentos das Pessoas Coletivas, que se cifrou, no período, em 165,4 milhões de CVE, dos quais, 140 milhões de CVE provenientes do imposto sobre lucro e 26 milhões de CVE do pagamento fracionado, ficando acima da cobrança registada no mesmo período do ano anterior, em 85 milhões de CVE (+104,7%). A performance de arrecadação resulta da cobrança de dívidas negociadas em prestações em sede deste imposto, que no período totalizou cerca de 38 milhões de CVE.
- Tributo Especial Unificado (TEU), que registou, no período em análise, uma execução de 155,4 milhões de CVE, traduzindo-se numa evolução positiva 61,3 milhões de CVE (+65,2%) comparativamente ao mesmo período do ano anterior, justificado pelo dinamismo da atividade económica no último trimestre de 2022 e pelo pagamento de dívidas negociadas em prestações, cujo montante ascendeu os 13 milhões de CVE.

- A cobrança da Taxa de Incêndio (TI) no período em análise foi quase nula, uma vez que, constitui num imposto que é cobrado, essencialmente, no mês de maio com a entrega das contas dada a sua incidência sobre a coleta do IRPC.

Quanto aos impostos indiretos, o acréscimo de 31,2% deveu-se, essencialmente, às variações conjugadas das seguintes rubricas:

- Imposto sobre o Valor Acrescentado – o IVA registou no período em análise uma execução de 3.205,7 milhões de CVE, traduzindo uma evolução positiva de 817,7 milhões de CVE (+34,2%). Por fonte de arrecadação, constatou-se que em sede do IVA-DGA apurou-se um acréscimo de 18,3% (+238,1 milhões de CVE), enquanto o IVA-DGCI teve um acréscimo de 53,3% (+579,6 milhões de CVE). Esta evolução positiva reflete o aumento da cobrança registado, essencialmente nos setores de alojamento e restauração (+416 milhões de CVE) e do comércio por grosso e a retalho (+124 milhões de CVE). Também é de assinalar a cobrança de dívidas negociadas em prestações, que no período atingiu os 4 milhões de CVE, e o aumento do número de contribuintes que efetivaram o pagamento do imposto, passando de 1.231 em 2022 para 1.399 em 2023.
- Contribuição Turística – a receita totalizou, no período, o montante de 225,4 milhões de CVE, registando uma arrecadação adicional, em termos homólogos, de 108,2 milhões de CVE, tendo superado a média de cobrança registada em 2019 (83 milhões de CVE), representando um aumento face ao montante cobrado no mesmo período de 2022 (+92,4%), o que reflete o aumento substancial da procura turística.
- Impostos sobre Transações Internacionais - essa receita registou um acréscimo de 23,0% (+278,6 milhões de CVE), comparado ao mesmo período do ano anterior. Em termos desagregados e em face ao período homólogo de 2022, verificou-se um aumento na arrecadação do Direito de Importação na ordem dos 22,8% (+264,2 milhões de CV), justificado pelo aumento do valor da importação, mas também pelo agravamento de taxas, e na Taxa Comunitária CEDEAO de 27,4% (+14,4 milhões de CVE).

- Imposto de Selo – a cobrança em sede do imposto teve uma evolução positiva comparativamente ao período homólogo, em 19,0% (+22,9 milhões de CVE). É de salientar que, este imposto não foi afetado pela pandemia e vem mantendo a sua tendência de crescimento, fato que pode ser justificado pelo crescimento das operações financeiras, atividade que foi alavancada com a pandemia.
- Imposto especial sobre jogos - a cobrança em sede desse imposto foi de 11,4 milhões de CVE, registando um acréscimo de 76,5% face ao período homólogo, refletindo o dinamismo da atividade turística regista do período.
- A Taxa de Tabaco registou uma arrecadação de 25,7 milhões de CVE.
- A Taxa Estatística Aduaneira com uma arrecadação de 42,6 milhões de CVE correspondente a um incremento 0,1 milhões de CVE, quando comparado ao período homólogo.

Relativamente às transferências (com destaque aos donativos), registou-se uma execução de 394,9 milhões de CVE, traduzindo-se num acréscimo de 605,0% (+338,9 milhões de CVE), em face do desembolso registado no período homólogo de 2022. Esta performance decorre do acréscimo das transferências de governos estrangeiros em +288,6 milhões de CVE, justificado pela entrada da ajuda orçamental do Luxemburgo, ajuda alimentar e donativos diretos, pelo aumento das transferências de organizações internacionais em 32,8 milhões de CVE, bem como nas transferências às administrações públicas em 38,9% (+17,5 milhões de CVE).

No concernente às “outras receitas”, verifica-se um acréscimo de 8,1% (+78,1 milhões de CVE), em face da arrecadação no período homólogo do ano anterior, justificado, essencialmente, pela conjugação da performance das seguintes rúbricas:

- Venda de bens e serviços (+16,4%; 127,3 milhões de CVE), impulsionada pelas taxas de prestação de serviços podendo-se destacar a taxa de serviços de passaportes, de segurança aeroportuárias, segurança marítima, dos emolumentos e custas judiciais;

dos registos e notariado, dos emolumentos pessoais dos Serviços aduaneiros e guarda-fiscal;

- Multas e outras penalidades (+95,3%; +33,1 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de multas por infrações ao código da estrada e juros de mora.
- Outras receitas diversas e não especificadas (+96,7%, +15,8 milhões de CVE), sobretudo decorrente de arrecadação de outras receitas de totoloto e de outras receitas não especificadas.

2.2. Venda de Ativos Não Financeiros

Em fevereiro de 2023, as receitas provenientes de Ativos Não Financeiros verificaram um decréscimo de 51,8% (-2,7 milhões de CVE) comparativamente a fevereiro de 2022, em face as vendas pontuais registadas no ano passado.

3. Análise das Despesas e Ativos Não Financeiros

3.1. Por Classificação Económica

As despesas totais e a aquisição de ativos não financeiros, em fevereiro de 2023, atingiram os 8.995,9 milhões de CVE, registando um acréscimo de 11,2% em relação ao período homólogo de 2022.

Quadro 3 - Evolução das Despesas Totais por Classificação Económica

(em milhões de CVE)

Mapa II - Despesa por Classificação Económica	2022		2023		Grau Exec.	Tax. Hom
	Orç. Inicial	Fev	Orç. Inicial	Fev		
Despesas com Pessoal	24 326	3 337	24 581	3 610	14,7	8,2
Remuneração Certas e Permanentes	22 206	3 236	22 414	3 229	14,4	-0,2
Segurança Social	2 120	101	2 167	381	17,6	278,3
Aquisição de Bens e Serviços	12 390	973	14 765	1 376	9,3	41,4
Juros Correntes	5 541	624	5 877	875	14,9	40,2
Dívida interna	3 413	499	2 315	511	22,1	2,4
Dívida externa	2 052	125	3 486	336	9,6	169,7
Outros encargos	76	0	77	27	35,8	0,0
Subsídios	1 008	201	2 022	351	17,4	74,6
Transferências Correntes	6 663	740	6 502	801	12,3	8,3
Governos Estrangeiros	504	14	598	48	8,1	257,6
Organismos Internacionais	472	3	474	3	0,7	5,3
Administração Pública	5 687	723	5 431	750	13,8	3,7
Benefícios Sociais	8 316	1 397	9 143	1 471	16	5,4
Outras Despesas Correntes	3 868	420	3 218	203	6	-51,5
Valor a regularizar	0	193,5	0	149	0	-23,0
Despesas	62 112	7 885	66 108	8 836	13,4	12,1
Ativos e Passivos	10 625	204	11 904	160	1,3	-21,5
Ativos não Financeiros	10 625	204	11 904	160	1,3	-21,5
TOTAL DESPESAS	72 737	8 088	78 012	8 996	11,5	11,2

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

3.2. Despesas

A 28 de fevereiro de 2023, as despesas executadas totalizaram o montante de 8.836,1 milhões de CVE, registando um acréscimo de 12,1% em relação ao executado de fevereiro de 2022. Esta evolução resultou do aumento generalizado da execução de várias rubricas de despesas nomeadamente, Aquisição de bens e serviços (+41,4%), Despesa com o pessoal (+8,2%), Subsídios (+74,6%), Juros correntes (+40,2%), transferências (+8,3%), Benefícios Sociais

(+5,4%) conjugado com a diminuição de outras despesas (-51,5%) e conforme abaixo se apresenta:

- As “despesas com o pessoal” evidenciou um acréscimo na ordem dos 8,2% (+272,5 milhões de CVE), decorrente do aumento de despesas:
 - i. do aumento do pagamento das contribuições à segurança social na sequência da diminuição do tempo médio do pagamento, bem como a regularização de dívidas do ano de 2022;
 - ii. do registo atempado das despesas da Assembleia Nacional e Presidência da República, em face a adesão desses Órgãos à bancarização;
- A “Aquisição de bens e serviços” registou um acréscimo de 41,4% (+402,9 milhões de CVE) relativamente ao período homólogo do ano anterior, resultante do aumento das seguintes sub-rubricas:
 - i. “Assistência Técnica - Residentes” (+337,0 milhões de CVE) na sequência da execução do projeto “Sistema Integrado de Controlo de Fronteiras” derivado do contrato celebrado entre Ministério da Administração Interna e a ZETES para fornecimento de bens e serviços; execução do projeto “Preparação e resposta a Covid-19” no âmbito do contrato de aquisição de 5000 kits teste SARS- COV -2;
 - ii. “Deslocação e estadas” (+46,1 milhões de CVE) com destaque à Assembleia Nacional, Gabinete do Primeiro Ministro, Ministério das Finanças e do Fomento Empresaria, da Presidência da República, Ministério da Saúde, Ministério da Educação, Ministério da Justiça e Ministério do Turismo e Transportes;
 - iii. “Produtos Alimentares” (+38,2 milhões de CVE) com realce à Direção de serviços prisionais e da reinserção social no fornecimento de géneros alimentícios aos reclusos ao sector de Defesa, na confeção e reforço alimentares para militares, e ao sector da Educação na aquisição de produtos alimentares para as cantinas escolares e residências estudantis e no sector da Saúde no âmbito de aquisição

- de gêneros alimentício para o serviço de nutrição, bem como refeições para doentes internados;
- iv. “Assistência Técnica – Não Residentes” (+32,0 milhões de CVE) no âmbito de prestações de serviços ao sector da Justiça (SNIAC) referente a produção personalizada e envio de CNI (Cartão Nacional de Identificação), PRC (Passaporte Eletrónico Cabo-Verdiano) e TRE (Título de Residência Estrangeiro)”; e de protocolos de cooperação para manutenção de uma equipa técnica cubana para prestação de serviços no sector de Saúde;
 - v. “Honorários” (+23,9 milhões de CVE) com destaque aos sectores da Educação, das Finanças e do Fomento Empresarial, da Agricultura e Ambiente, da Saúde, do Ministro Adjunto do Primeiro-Ministro para a Juventude e Desporto; da Cultura e das Industrias Criativa, da Administração Interna e da Industria, Comércio e Energia;
 - vi. “Conservação e Reparação de Bens” (+16,5 milhões de CVE) no âmbito de contrato para execução de trabalhos complementares “empreitada de remodelação do edifício Galerias – Lote 1 e do contrato no âmbito da manutenção dos navios Ilhéus dos Pássaros e da Ponta Nhô Martinho.
 - vii. “Comunicações” (+13,4 milhões de CVE) com valores mais significativos nos Ministérios das Finanças e Fomento Empresarial, da Administração Interna, da Agricultura e Ambiente, da Saúde, da Justiça, do Mar, e do Gabinete do Primeiro Ministro.
- o A despesa com os juros registou um acréscimo de 40,2% (+250,8 milhões de CVE), comparado com o mesmo período de 2022, resultado do aumento das despesas com os juros da dívida externa em 169,7% (+211,5 milhões de CVE), comparativamente ao período homólogo de 2022. Parte desta performance resulta da conclusão do período das moratórias do serviço da dívida concedida pelos nossos credores bilaterais e um comercial, bem como pela variação cambial.

- Os “Subsídios” registaram um acréscimo de 74,6% (+150,0 milhões de CVE), em face aos subsídios transferidos no mesmo período de 2022. Derivado dos subsídios às empresas petrolíferas e de eletricidade, no âmbito das medidas de políticas para reforçar a resiliência do sistema petrolífero/energético e do sistema alimentar do país, face a escala de preços a nível internacional, na decorrência da crise internacional causada pela guerra entre a Rússia e a Ucrânia e do pagamento da indemnização compensatória pelas imposições de serviço público de transporte marítimo inter-ilhas;
- Os “Benefícios Sociais” aumentaram 5,4% (+74,8 milhões de CVE), justificado essencialmente, pela dinâmica esperada do aumento do número dos pensionistas, originando um aumento nas rubricas de pensões de aposentação em 10,2% (+88,8 milhões de CVE), pensões de sobrevivência em 19,6% (+10,6 milhões de CVE) bem como a rubrica outros benefícios sociais em espécie em 149,0% (+0,1 milhões de CVE).
- As “Transferências Correntes” tiveram um agravamento de 8,3% (+61,6 milhões de CVE), comparado com o mesmo período do ano transato, impulsionado pelo aumento das despesas na rubrica outras transferências correntes em +257,6% (+34,8 milhões de CVE), no âmbito do financiamento de receitas consignadas do Fundo Nacional do Ambiente, para aquisição e instalação de dessalinizadora para Santiago e Boavista;
- As “Outras Despesas Correntes” apresentaram um decréscimo de 51,5% (-216,4 milhões de CVE), comparativamente ao mesmo período de 2022, justificado pelo atraso na publicação das listas dos beneficiários, das bolsas de estudo e outros benefícios educacionais, bem como a diminuição da rubrica Organizações não governamentais em 189,3 milhões de CVE (no âmbito da subvenção do Estado referente às eleições autárquicas, legislativas e presidenciais de outubro de 2020, abril 2021 e outubro 2021 respetivamente).

O valor da despesa por regularizar, em janeiro situou-se na ordem dos 149,0 milhões de CVE, referente aos adiantamentos efetuados às Embaixadas, que são posteriormente regularizadas,

que decorrerá no processo de consolidação das contas públicas, aquando da apresentação das contas de gerência.

3.2.1. Ativos Não Financeiros

A execução dos “Ativos Não Financeiros” ascendeu ao montante de 159,7 milhões de CVE, registando uma variação negativa em termos absolutos, de 43,8 milhões de CVE, comparativamente à execução de 2022.

O montante executado decorre, essencialmente, nas seguintes unidades orçamentais: “Ampliação o centro de saúde de Boa Vista com uma execução de 20,2 milhões de CVE, “Centro de Artesanato de São Vicente” com uma execução de 19,8 milhões de CVE, “Implementação de políticas e promoção do desenvolvimento rural com uma execução de 19,7 milhões de CVE, “Preparação e resposta a Covid-19” com uma execução de 15,9 milhões de CVE, “Resiliência do setor agrário com as mudanças climáticas em CV” com uma execução de 13,8 milhões de CVE, “Funcionamento - Presidência da República” com uma execução de 9,8 milhões de CVE, “Reforço da resiliência no sector de água – ANAS” com uma execução de 6,5 milhões de CVE, “Construção das Unidades Policiais” com uma execução de 5,3 milhões de CVE e “Instalação do Instituto de medicina legal e ciências forenses” com uma execução de 4,8 milhões de CVE.

3.3. Por Tipo de Financiamento

No que tange ao financiamento das despesas executadas, nota-se que 96,6% das despesas totais (despesas e ativos não financeiros) foram financiadas com recursos do Tesouro e 3,4% com recursos externos.

Ao nível dos recursos externos:

- Os donativos, na modalidade de financiamento direto aos projetos, totalizam o montante 123,4 milhões de CVE, sendo os financiadores com maior execução, o P.N.U.D. com 43,1 milhões, o Luxemburgo com 21,0 milhões de CVE, as Nações Unidas com 8,6 milhões, Portugal com 7,7 milhões de CVE, a O.M.S. com 4,9 milhões de CVE, o

Banco Europeu de Investimento com 3,9 milhões de CVE a Agência Espanhola de Cooperação Internacional com 3,3 milhões de CVE, a Nama Facility-Giz com 3,3 milhões de CVE, Organização Oeste Africana da saúde com 2,4 milhões de CVE, e a Fundação Calouste Gulbenkian com 2,3 milhões de CVE.

- Os empréstimos externos ascenderam, a 163,5 milhões de CVE, equivalente a 52,7% do total do financiamento externo. Esses financiamentos foram canalizados para 15 programas, com destaque ao “Desenvolvimento Integrado de Saúde” (46,7 milhões de CVE); “Cabo Verde Plataforma do Turismo” (23,6 milhões de CVE); Modernização do Estado e da Administração Pública (23,1 milhões de CVE); “Programa Sistema de Informação para o Desenvolvimento Sustentável” (21,8 milhões de CVE); “Cabo Verde Plataforma Digital e da Inovação” (14,2 milhões de CVE); “Desenvolvimento Empresarial” (8,9 milhões de CVE); “Desenvolvimento do Capital Humano” (6,6 milhões de CVE); “Programa Nacional para a Sustentabilidade Energética” (5,4 milhões de CVE); “Proteção Social” (5,2 milhões de CVE); “Transformação da Agricultura” (4,2 milhões de CVE).

Quadro 4 - Evolução das Despesas Totais por Tipo de Financiamento

(em milhões de CVE)

Financiamento	OE	Fevereiro	Grau Exec.	Peso %
Interno	65 397	8 686	20,6	96,6
Tesouro (Rec. Int.)	64 490	8 620	13,4	99,2
OFN	907	65	7,2	0,8
Externo	12 615	310	2,5	3,4
Donativo	4 692	123,4	2,6	39,8
Empréstimo	7 834	163,5	2,1	52,7
Ajuda alimentar	88	23	26,3	7,5
Total da Despesa	78 012	8 996	11,5	100,0

Fonte: MFFE – DNOCP, a partir do SIGOF.

4. Dívida Pública

Em 28 de fevereiro de 2023, o stock da dívida pública, excluindo os TRMC (Títulos de Rendimentos de Mobilização de Capital), atingiu o montante de 297.393,2 milhões de CVE, cabendo à dívida interna 91.290,9 milhões de CVE (36,6% do PIB) e à dívida externa 206.102,3 milhões de CVE (82,6% do PIB). Nesta sequência, o rácio dívida pública/PIB² atingiu os 119,1%, cerca de 3,4 p.p. abaixo do registado em fevereiro de 2022.

Quadro 7 – Evolução da Dívida Pública

(em milhões de CVE)

	fevereiro 22	fevereiro 23	Var. Hom	% PIB/22	% PIB/23
Estoque Global	284 607,6	297 393,2	4,5	122,5	119,1
Dívida Interna	83 842,4	91 290,9	8,9	36,1	36,6
Dívida Externa	200 765,2	206 102,3	2,7	86,4	82,6

Fonte: MFFE - DGT

² Considerou-se o *rebasing* do PIB.